

CONSELHO TUTELAR

EXAME DE CONHECIMENTO

ESPECÍFICO

2023



Leia estas instruções:

- 1 Na parte inferior deste caderno, assine no espaço reservado para isso.
- 2 Este Caderno contém 20 questões de conhecimentos específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
- 3 Se o Caderno estiver incompleto ou contiver imperfeição gráfica que impeça a leitura, solicite imediatamente ao Fiscal que o substitua.
- 4 Cada questão apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 5 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 6 Os rascunhos feitos neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.

Assinatura do Candidato: _____

- 01.** O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é o principal instrumento normativo brasileiro que trata dos direitos da criança e do adolescente. Fruto de uma construção coletiva, o estatuto reafirmou o compromisso de reconhecer as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, que devem ser protegidos e respeitados pela família, pela sociedade e pelo Estado. De acordo com o ECA, são considerados crianças e adolescentes quem tiver, respectivamente,
- A) até doze anos de idade incompletos e entre doze e dezoito anos de idade.
 - B) até dez anos de idade incompletos e entre dez e dezoito anos de idade.
 - C) até doze anos de idade incompletos e entre doze e dezenove anos de idade.
 - D) até dez anos de idade incompletos e entre dez e dezenove anos de idade.
- 02.** O ECA determina que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Diante disso, o estatuto estabelece como uma das garantias de prioridade:
- A) preterição ao receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
 - B) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
 - C) precedência de atendimento nos serviços públicos de qualquer país.
 - D) destinação protelada de recursos públicos em ações de proteção à infância e à juventude.

Para responder às questões 03 e 04, considere o caso abaixo.

Ana, 13 anos, passou a ser a figura responsável por seus irmãos mais novos: Pedro, 6 anos; Maria, 4 anos; Lucas, 2 anos; e Enzo, de apenas 6 meses. Sua mãe, Marluce, trabalha como diarista, e o pai de Ana é falecido. Já os pais dos irmãos de Ana são desconhecidos. Em um dia comum, enquanto Ana preparava o almoço para eles, sofreu uma queimadura accidental. Apesar da dor, buscou atendimento em um hospital próximo a sua residência. Lá, foi acolhida por uma equipe médica atenciosa, que, prontamente, tratou de sua queimadura.

- 03.** Considerando esse caso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
- A) garante a proteção integral de Ana, pois, segundo o que estabelece o Art. 2º, ela é considerada uma criança.
 - B) indica que é dever do poder público assegurar a efetivação dos direitos referentes à vida de Ana, segundo prediz o Art. 4º.
 - C) prevê que Ana não será objeto de qualquer forma de negligência, exceto quando não houver outra alternativa, assim como prevê o Art. 5º.
 - D) desconsidera políticas sociais públicas que permitam o desenvolvimento de Ana em condições dignas de existência.

04. Em relação à conduta da equipe hospitalar, considere as afirmativas abaixo.

I	Marluce tem o direito de ser orientada por equipe interprofissional ou multidisciplinar, pois, segundo o Art. 8, é assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo.
II	Ao chegar ao hospital, Ana conseguiu atendimento médico mesmo sem a presença de um responsável maior de idade, visto que o Art. 11. assegura acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde.
III	A equipe não deve se preocupar em investigar a situação familiar em que Ana se encontra, nem levantar a necessidade de assistência social, uma vez que a responsabilidade do hospital termina após o tratamento da queimadura.
IV	A equipe médica que atendeu Ana não precisa ter pessoas capazes de identificar quem pratica crimes contra crianças e adolescentes, visto que essa não é sua atribuição.

Das afirmativas, estão corretas

- A)** III e IV. **B)** I e III. **C)** II e IV. **D)** I e II.

05. Laura, três anos, compareceu a uma Unidade Básica de Saúde acompanhada por seus pais. A equipe de Saúde da Família percebeu alguns hematomas discretos no rosto da criança. O médico da equipe, ao conversar com os pais para compreender a origem dessas marcas, perguntou o que havia acontecido. Os pais explicaram que Laura era uma criança muito ativa e teimosa e havia sofrido algumas quedas recentemente. Considerando o disposto no ECA, se houver suspeita de maus-tratos, a equipe que atendeu Laura deve

- A)** acionar, imediatamente, o Conselho Tutelar para que este possa deter os responsáveis em flagrante.
- B)** desconsiderar as lesões caso tenha havido apenas uso da força física pelos pais, pois isso é permitido, desde que ocorra no exercício da autoridade e em circunstâncias de disciplinamento.
- C)** acionar, obrigatoriamente, o Conselho tutelar informando sobre o atendimento feito, visto que há suspeita de que Laura foi vítima de maus-tratos.
- D)** desconsiderar as lesões, pois não é responsabilidade da equipe profissional vinculada a uma Unidade Básica de Saúde observar indícios de violência contra crianças.

06. Sofia, 9 anos, é uma criança cheia de curiosidade e vontade de aprender. Porém, sua experiência na escola não foi tão feliz quanto ela esperava. Sofia sofreu agressões verbais e físicas por parte de seus colegas. Esses atos violaram seus direitos, conforme estabelecido no ECA, deixando-a com marcas profundas em seu desenvolvimento e bem-estar. Nesse caso,

- A)** a escola, por ser apenas um ambiente de ensino, e não um ambiente protetor com a função de garantir os direitos das crianças e dos adolescentes, não deve tomar providências.
- B)** as agressões sofridas por Sofia geram responsabilidade para a escola, mesmo que tenham sido cometidas por outras crianças da mesma idade.
- C)** o direito ao respeito, à liberdade, à dignidade e à integridade física e psicológica são assegurados à Sofia conforme estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).
- D)** o ECA, embora vise proteger a criança de qualquer forma de violência, não pode agir na escola, visto que existe lei específica para proteção das crianças e adolescentes nesse ambiente.

- 07.** João, 10 anos, foi encaminhado para acolhimento institucional após ser vítima de maus-tratos por parte de seus pais. Na instituição de acolhimento, ele recebeu cuidados e orientações de uma equipe multidisciplinar, tais como: atendimento médico, psicológico e pedagógico, além de acompanhamento social. Segundo o ECA, o acolhimento institucional é uma medida
- A)** facultativa e voluntária, que depende da concordância de João e de seus pais.
 - B)** definitiva e irrevogável, que impede o retorno de João à família de origem.
 - C)** provisória e excepcional, que deve ser reavaliada, no máximo, a cada três meses.
 - D)** punitiva e coercitiva, que visa penalizar os pais de João pelos maus-tratos infligidos.
- 08.** A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou do adolescente na família natural ou extensa. A adoção deve ser realizada de maneira responsável, respeitando as etapas legais e os critérios estabelecidos pelo ECA. Este prioriza a inserção da criança em uma família que possa atender às suas necessidades e expectativas. Sobre adoção, o ECA determina que
- A)** o adotante há de ser, pelo menos, 15 anos mais velho do que o adotando, possuir emprego, formação profissional e família constituída.
 - B)** a adoção independe do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando, sendo o adotante o único com direitos de consentir ou não.
 - C)** os ascendentes e os irmãos do adotando podem adotá-lo.
 - D)** os maiores de 18 anos podem adotar, independentemente do estado civil.
- 09.** André, 13 anos, viaja com um amigo de sua família, Bartolomeu, 45 anos. Eles foram ao estado vizinho para buscar uma encomenda importante para os pais de André. A viagem é de, aproximadamente, 200 km, e eles planejavam voltar no mesmo dia em que viajaram. Bartolomeu, entretanto, decidiu retornar à cidade de origem só no dia seguinte. De acordo com o Art. 82 do ECA, a hospedagem de André em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere é permitida
- A)** apenas quando o estabelecimento estiver devidamente certificado pelo órgão responsável.
 - B)** sem a necessidade de autorização dos pais, visto que ele está acompanhado de um maior de idade, amigo da família.
 - C)** exclusivamente se for realizada com amigos da mesma idade de André e que fiquem acomodados em um mesmo quarto.
 - D)** somente se estiver autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável.
- 10.** Valentina, 10 anos, mora com seus pais em uma casa onde ocorrem frequentes episódios de violência doméstica. Seu pai costuma agredir sua mãe verbalmente e fisicamente, criando um ambiente de medo e insegurança. Além disso, Valentina presencia constantemente discussões acaloradas e agressões entre seus pais. Essa situação afeta diretamente seus direitos à integridade física, à saúde e ao convívio familiar saudável. Segundo o Art. 98 do ECA, as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis somente
- A)** nas situações em que os direitos estabelecidos no ECA forem ameaçados ou violados.
 - B)** nas situações em que houver comprovação de violência física.
 - C)** na circunstância de existir risco iminente de abandono.
 - D)** na hipótese de a criança ou adolescente não estiverem frequentando a escola.

- 11.** Marcos, 15 anos, foi apreendido em flagrante por furto de um celular. Ele foi levado à delegacia, onde permaneceu por mais de 24 horas, sem contato com sua família ou com um defensor. Nesse caso, de acordo com o ECA, Marcos
- A)** não cometeu ato infracional, pois o furto é um crime de menor potencial ofensivo.
 - B)** deveria ter sido encaminhado imediatamente ao Conselho Tutelar, que aplicaria as medidas penais cabíveis.
 - C)** teve seus direitos violados, pois nenhuma criança ou adolescente pode ser privado de sua liberdade sem o devido processo legal.
 - D)** não teve seus direitos violados, pois a apreensão em flagrante é uma medida que acarreta, compulsoriamente, internação.
- 12.** Um menor infrator que praticou um ato de vandalismo em uma escola pública foi submetido à medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade. Durante a supervisão do menor, um conselheiro tutelar observou que o jovem foi incumbido de realizar atividades de limpeza e manutenção na própria escola, cumprindo 30 horas semanais, por um período de seis horas diárias, de segunda a sexta-feira, após seu horário de aula. Baseando-se em seus conhecimentos sobre o ECA, o conselheiro percebeu que há ilegalidade na jornada do menor, dado que esta ultrapassa a jornada máxima determinada pelo estatuto, que é
- A)** 20 horas semanais.
 - B)** 12 horas semanais.
 - C)** 8 horas semanais.
 - D)** 24 horas semanais.
- 13.** As medidas socioeducativas presentes no ECA têm caráter pedagógico e objetivam inibir a reincidência e promover a ressocialização dos jovens infratores. Elas devem ser aplicadas de acordo com a gravidade e as circunstâncias do ato infracional bem como com as condições pessoais e sociais do adolescente. Tendo isso em vista, o ECA define que a medida socioeducativa de internação só poderá ser aplicada, entre outras situações, quando
- A)** houver descumprimento fundamentado de medida anteriormente imposta.
 - B)** se tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa.
 - C)** houver cometimento de qualquer lesão ao patrimônio de outrem.
 - D)** se tratar de qualquer ato punível com dois anos ou mais de reclusão a maiores de idade.
- 14.** O Conselho Tutelar desempenha um papel fundamental na proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes atuando em diversas situações junto à comunidade. Dessa forma, esse conselho
- A)** é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos em Lei.
 - B)** poderá expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar condução coercitiva, inclusive pela polícia civil ou militar.
 - C)** deve ser composto, obrigatoriamente, por membros com idade superior a vinte e cinco anos e que residam em um mesmo bairro.
 - D)** é composto por membros que, no exercício da função de conselheiro, não estabelecem uma presunção de idoneidade moral.

Para responder às questões 15 a 17, considere o caso abaixo.

Fernanda, 32 anos, tornou-se conselheira tutelar em seu município e passou a desfrutar de alguns direitos assegurados pelo ECA. Ela estava entusiasmada com as novas atribuições, e os direitos que lhes foram assegurados trouxeram mais segurança e tranquilidade.

- 15.** Aos membros do Conselho Tutelar, de acordo com o Art. 134 do ECA, incluído pela Lei nº 12.696/2012, é assegurado o direito a
- A)** inclusão em plano de saúde subsidiado pelo município.
 - B)** remuneração adicional por horas extras.
 - C)** cobertura previdenciária.
 - D)** acesso a programas de capacitação profissional.
- 16.** Após eleita, uma das funções de Fernanda será
- A)** autorizar a entrada e a permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em estádio, ginásio e campo desportivo.
 - B)** estabelecer medidas punitivas para o adolescente ou criança que cometer qualquer ato infracional.
 - C)** dar publicidade a ato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
 - D)** expedir notificações e requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
- 17.** Por ter conhecimento do que prediz o ECA, Fernanda sabe que é atribuição do Conselho Tutelar
- A)** promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.
 - B)** representar à autoridade judicial ou policial para requerer o afastamento do agressor do lar ou do domicílio em que se encontra a vítima nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, exceto em caso de punições de cunho corretivo.
 - C)** representar ao Ministério Público, para efetivação da perda do poder familiar, sendo esta uma medida prioritária entre outras aplicadas aos pais ou ao responsável.
 - D)** sentenciar, penalmente, os pais ou o responsável que tiverem praticado ações relativas à prática de violência, tais como: uso de tratamento cruel ou degradante, formas educativas violentas contra a criança e o adolescente.

18. Inácio, 6 anos, encontra-se em uma situação de vulnerabilidade e negligência por parte de sua família biológica. Seus pais são dependentes químicos e não têm condições de cuidar adequadamente dele. O ambiente em que vivem é caótico, com falta de higiene e exposição a situações de risco. O Conselho Tutelar e outros órgãos competentes, após análise do caso, constatarem que o melhor para a criança é ser retirada do ambiente familiar e colocada em uma família substituta, que possa proporcionar um ambiente seguro, acolhedor e propício para seu desenvolvimento físico, emocional e social. Analise, nos itens abaixo, alguns possíveis requisitos para a concessão de pedidos de colocação em família substituta.

I	Certidões negativas de débitos municipais, estaduais e federais, da criança ou adolescente.
II	Qualificação completa do requerente e de seu eventual cônjuge, ou companheiro, com expressa anuência deste e qualificação completa da criança ou adolescente e de seus pais, se conhecidos.
III	Passaporte, Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) e Protocolo de Refúgio.
IV	Indicação de eventual parentesco do requerente e de seu cônjuge, ou companheiro, com a criança ou adolescente, especificando se tem ou não parente vivo.

Em relação ao caso exposto, de acordo com o Art. 165 do ECA, entre outros, os requisitos para que Inácio seja adotado pela família substituta estão nos itens

- A) III e IV. B) I e III. C) I e II. D) II e IV.

Para responder às questões 19 e 20, considere o caso abaixo.

Amanda, 9 anos, era uma aluna do quarto ano do ensino fundamental que sempre se mostrava quieta e triste na escola, tendo dificuldades de aprendizagem e poucos amigos. Um dia, ela resolveu contar à sua professora, dona Marta, que sofria maus-tratos em casa, revelando que seu pai batia nela e em sua mãe com frequência, e que esta não fazia nada para protegê-la. Além disso, Amanda mostrou alguns hematomas e cicatrizes que tinha pelo corpo.

Dona Marta, chocada e comovida com a história da garota, decidiu levar o caso à direção da escola, esperando que alguma providência fosse tomada. No entanto, o diretor da escola, Carlos, mostrou-se indiferente. Ele disse que não era responsabilidade da escola se envolver em assuntos familiares e que dona Marta deveria se concentrar em ensinar os alunos. Disse ainda que Amanda poderia estar mentindo ou exagerando e que não queria problemas com os pais dela.

Dona Marta ficou indignada com a atitude do diretor. Sabendo que tinha o dever de proteger Amanda, ela denunciou os maus-tratos à autoridade competente. Por fim, conversou com Amanda e disse que ela não estava sozinha e faria tudo o que pudesse para ajudá-la.

19. De acordo com o ECA, os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental devem comunicar os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos à determinada autoridade competente. Sendo assim, em face da negligência da direção e do que dispõe o ECA, Dona Marta toma iniciativa e age conforme o art. 56 do estatuto ao denunciar o caso de Amanda

- A) ao Conselho Tutelar.
B) ao Ministério Público.
C) à delegacia mais próxima.
D) à autoridade policial em patrulha.

- 20.** Carlos, o diretor da escola, ao deixar de denunciar o caso de Amanda à autoridade competente, comete
- A)** infração administrativa, com pena de multa de cinco a vinte salários de referência, aplicando-se o quádruplo em caso de reincidência.
 - B)** infração administrativa, com pena de multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.
 - C)** crime em espécie, com pena de reclusão de seis meses a dois anos, e multa.
 - D)** crime em espécie, com pena de detenção de seis meses a dois anos, e multa.